

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH Decania - GD

Memorando nº 007/2012/CCH/GD - A

Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 2012.

Sr. Pró -Reitor,

Encaminhamos à V. S., em anexo, memorandos nos 089 e 090 do Departamento de Fundamentos da Educação solicitando mudança de nome do Núcleo de Estudos em Educação Brasileira (NEB) para Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB), pelas professoras Angela Maria de Souza Martins e Nailda Marinho da Costa Bonato e do Núcleo Integrador de Educação Especial para Núcleo de Educação Inclusiva, pela professora Aliny Lamoglia de Carvalho.

Cleber Gak

Decaro do CCH

Ao Prof. Dr. Asterio Kiyochi Tanaka Pró-Reitor de Planejamento.

para as providências necessárias.

PROPLAN, em

Av. Pasteur, 458 - Urca - RJ Cep: 22.290-240 Tel.: (0xx21) 2542-1969

http://www.unirio.br cch@unirio.br

LUIZ CLEBER GAK



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH Departamento de Fundamentos da Educação

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2011.

Memo nº 090/2011 DFE/CCH

Da: Chefe do Departamento de Fundamentos da Educação

Profa. Dra. Nailda Marinho da Costa Bonato

Para: Prof. Dr. Luiz Cleber Gak

Decano do CCH

Encaminho, para as devidas providências, a solicitação da professora Aliny Lamoglia de Carvalho de mudança de nome do Núcleo Integrador de Educação Especial para Núcleo de Educação Inclusiva.

Em anexo:

2)Cópia da ata do Colegiado do Departamento do DFE que aprova a solicitação com a justificativa do pedido.

Cordialmente,

Profa. Dra. Nailda Marinho da Costa Bonato Chefe do Departamento de Fundamentos da Educação

Nailda Marinho da Costa Benas

Nailda Marin

nugamentos de 1082801

	inistrativa		
JU	às	h	oras.
/	I		9
	1		



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Pró-Reitoria de Planejamento DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Informação DAINF nº 110 / 2012

Ref.: Proc. nº 23102.005.141/2012-18

Assunto: Alteração de denominação de Núcleo Integrador de Educação Especial para <u>Núcleo de Educação Inclusiva</u> do Departamento de Fundamentos da Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais

Senhor Pró-Reitor de Planejamento em exercício, Após análise do presente processo, cabe destacar que:

1 – a proposta de alteração de denominação de Núcleo Integrador de Educação Especial para **Núcleo de Educação Inclusiva** do Departamento de Fundamentos da Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais foi aprovada pelo Colegiado do Departamento de Fundamentos da Educação (Ata da 293ª Reunião Ordinária, fls. 4) e pelo Conselho do Centro de Ciências Humanas e Sociais (Ata da 10ª Reunião Ordinária, fls. 12);

2 – a referida alteração de denominação não implicará em ônus para a Universidade, uma vez que

o responsável pelo Núcleo não é remunerado na atual estrutura organizacional da UNIRIO;

3 – este Departamento nada tem a opor quanto à proposta de alteração de denominação do referido Núcleo, ficando o mesmo subordinado diretamente ao Departamento de Fundamentos da Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais.

Sendo assim, sugerimos o encaminhamento do presente ao Magnífico Reitor para que a matéria, se assim o entender, seja enviada para apreciação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, já que a este compete deliberar sobre o "mérito acadêmico para criação, modificação e extinção de órgãos e funções", tendo em vista o constante na Alínea <u>b</u> do Inciso I do Artigo 10 combinado com o Parágrafo Único do Artigo 24 do Estatuto da UNIRIO.

DAINF, em 28.12.2012.

Astride Rangel

Diretora do Departamento de Avaliação e Informações Institucionais - DAINF

Ao Magnífico Reitor, propondo o encaminhamento do presente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, para apreciação e aprovação da matéria.

PROPLAN, em 28/12/2012.

Paulo Roberto Pereira dos Santos Pró-Reitor de Planejamento em exercício

SIR Priedudo em 02/01/

Fls. 20

1. De acordo.

2. À Secretaria dos Conselhos Superiores, para inclusão na pauta do próximo CONSEPE.

Reitoria, em(15/1) / 2013.

Luiz Pedro San Gil Jutuca

Departamento de Avaliação e Informações Institucionais Av. Pasteur nº 296 / Sala 613 — Urca — Rio de Janeiro — RJ — Cep. 22290-240

(21) 2542-6257 – (21) 2542-6203 e-mail: dainf@unirio.br

http://www.proplan.unirio.br/departamento-de-avaliacao-e-informacoes-institucionais

(and, 010, 200





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH Decania - GD

Memorando nº 007/2012/CCH/GD

Rio de Janeiro, 02 de janeiro de 2012.

Sr. Pró -Reitor,

Encaminhamos à V. S., em anexo, memorandos nos 089 e 090 do Departamento de Fundamentos da Educação solicitando mudança de nome do Núcleo de Estudos em Educação Brasileira (NEB) para Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB), pelas professoras Angela Maria de Souza Martins e Nailda Marinho da Costa Bonato e do Núcleo Integrador de Educação Especial para Núcleo de Educação Inclusiva, pela professora Aliny Lamoglia de Carvalho.

Decapo do CCH

Ao Prof. Dr. Asterio Kiyochi Tanaka Pró-Reitor de Planejamento.

para as providências necessárias.

PROPLAN, em

Av. Pasteur, 458 - Urca - RJ Cep: 22.290-240 Tel.: (0xx21) 2542-1969 http://www.unirio.br cch@unirio.br



fb.02

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — UNIRIO Centro de Ciências Humanas e Sociais — CCH Departamento de Fundamentos da Educação

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 2011.

Memo nº 089/2011 DFE/CCH
Da: Chefe do Departamento de Fundamentos da Educação
Profa. Dra. Nailda Marinho da Costa Bonato
Para: Prof. Dr. Luiz Cleber Gak
Decano do CCH

Encaminho, para as devidas providências, a solicitação das professoras Angela Maria de Souza Martins e Nailda Marinho da Costa Bonato de mudança de nome do Núcleo de Estudos em Educação Brasileira (NEB) para Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB).

Em anexo:

1)A Justificativa para o pedido;

2)Cópia da ata do Colegiado do Departamento do DFE que aprova a solicitação.

Cordialmente,

Profa. Dra. Nailda Marinho da Costa Bonato Chefe do Departamento de Fundamentos da Educação

Nailda Marinho da Costa Bonato

Nailda Marinho da Costa Bonato
Chefe do Oepartamento de
Fundamentos da Educação
Fundamentos da 1095801

Secretaria Administrativa do CCH.

RECEBIDO às 12.03 horas.

Dia: 19 / 12 / 2011.

Beatra Trigoli



dlo. 03

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

Justificativa para a mudança de nome do Núcleo de Estudos em Educação Brasileiro (NEB) para Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira (NEPHEB)

O Núcleo de Estudos em Educação Brasileira (NEB) e constitui há nove anos como um espaço de reflexão sobre a História da Educação Brasileira, possibilitando estudos que contribuem para a compreensão da complexidade das instituições e práticas escolares, como também do pensamento educacional brasileiro principalmente nas perspectivas: histórica, cultural e filosófica.

Partimos do pressuposto que a educação é uma prática social que se transforma ao longo da história, por isso o nosso grupo de pesquisa se constituiu para possibilitar o debate e a investigação sobre a educação, buscando compreender a complexidade das práticas pedagógicas, instituições escolares e idéias educacionais produzidas no Brasil ou que embasem a educação brasileira.

Nossos objetivos tem sido:

- 1. Refletir sobre a educação brasileira, através das abordagens histórica, filosófica e socio-cultural.
- 2. Propor pesquisas interdepartamentais e interinstitucionais, onde os objetos de estudo e as diversas correntes teórico-metodológicas possam constituir um avanço na área.
- 3. Constituir um Núcleo de Estudos capaz de alavancar linhas de pesquisa que fortaleçam a consolidação da investigação na área da Educação, na UNIRIO, bem como efetivem atividades de ensino em geral, e extensão.

Nosso grupo estabeleceu uma parceria com o grupo de pesquisa HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil da

ds.04

UNICAMP, um grupo de alta relevância de pesquisa no campo da História da Educação, através de interesse demonstrado por ambas as partes. Ao longo dos anos nos registramos no CNPq com a sigla NEPHEB (Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira), porque as nossas pesquisas se aglutinaram no campo da História e da Cultura educacional, por isso precisamos mudar a nossa nomenclatura para que estejamos de acordo com o nosso registro no CNPq e também para que o nome do grupo de pesquisa expresse a real produção acadêmica do grupo. Sendo assim, solicitamos que o **NEB** (Núcleo de Estudos em Educação Brasileira) passe a se denominar **NEPHEB** (**Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira**).

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 2011.

Coordenadoras:

Profa. Dra. Angela Maria Souza Martins - CCH/DFE/PROGEdu

Profa. Dra. Nailda Marinho da Costa Bonato - CCH/DFE/PROGEdu



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Pró-Reitoria de Planejamento DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Fls. 20

Informação DAINF nº 109 / 2012

Ref.: Proc. nº 23102.005.140.2012-73

Assunto: Alteração de denominação do Núcleo de Estudos em Educação Brasileira para <u>Núcleo de</u> <u>Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira</u> do Departamento de Fundamentos da Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais

Senhor Pró-Reitor de Planejamento em exercício,

Após análise do presente processo, cabe destacar que:

1 – a proposta de alteração de denominação de Núcleo de Estudos em Educação Brasileira para **Núcleo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Brasileira** do Departamento de Fundamentos da Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais foi aprovada pelo Colegiado do Departamento de Fundamentos da Educação (Ata da 273ª Reunião Ordinária, fls. 6) e pelo Conselho do Centro de Ciências Humanas e Sociais (Ata da 10ª Reunião Ordinária, fls. 12);

2 – a referida alteração de denominação não implicará em ônus para a Universidade, uma vez que

o responsável pelo Núcleo não é remunerado na atual estrutura organizacional da UNIRIO;

3 – este Departamento nada tem a opor quanto à proposta de alteração de denominação do referido Núcleo, ficando o mesmo subordinado diretamente ao Departamento de Fundamentos da Educação do Centro de Ciências Humanas e Sociais.

Sendo assim, sugerimos o encaminhamento do presente ao Magnífico Reitor para que a matéria, se assim o entender, seja enviada para apreciação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, já que a este compete deliberar sobre o "mérito acadêmico para criação, modificação e extinção de órgãos e funções", tendo em vista o constante na Alínea <u>b</u> do Inciso I do Artigo 10 combinado com o Parágrafo Único do Artigo 24 do Estatuto da UNIRIO.

DAINF, em 28.12.2012.

Bludy.

Diretora do Departamento de Avaliação e Informações Institucionais - DAINF

Ao Magnífico Reitor, propondo o encaminhamento do presente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, para apreciação e aprovação da matéria.

PROPLAN, em 28/12/2012.

Paulo Roberto Pereira dos Santos Pró-Reitor de Planejamento em exercício

GAL Reabido (

MAT. 1637521

MAT.

1. De acordo.

2. À Secretaria dos Conselhos Superiores, para inclusão na pauta do próximo CONSEPE.

Reitoria, em 15/1/2013.

Luiz Hedro San

Reitor

Departamento de Avaliação e Informações Institucionals

Av. Pasteur nº 296 / Sala 613 – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Cep. 22290-240

2 (21) 2542-6257 – (21) 2542-6203

e-mail: dainf@unirio.br

http://www.proplan.unirio.br/departamento-de-avaliacao-e-informacoes-institucionais



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Pró-Reitoria de Planeiamento DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

Ref.: Proc. 23102.300.800/2010-65

Fls. 51

Informação DAINF nº 115 / 2012

Assunto: Criação do Instituto de Saúde Coletiva subordinado ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Senhor Pró-Reitor de Planejamento em exercício,

Após análise do presente processo, cabe destacar que:

1 – a proposta de criação do Instituto de Saúde Coletiva foi aprovada pelo Conselho do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (Ata da 249ª Reunião, fls. 40);

2 - como sinalizado pelo Sr. Pró-Reitor de Planejamento, Prof. Luiz Cleber Gak, às fls. 49, a Pró-Reitoria de Planejamento nada tem a opor quanto a criação do Instituto de Saúde Coletiva, no entanto alerta que a Universidade não dispõe atualmente de Cargo de Direção CD-4 vago e que a criação implica em vínculo de CD;

3 - como dito pela Sra. Decana do CCBS em vários momentos a UNIRIO optou por criar unidades acadêmicas sem vincular naquele momento o devido cargo de direção ou função gratificada.

Sendo assim, sugerimos o encaminhamento do presente ao Magnífico Reitor para que a matéria, se assim o entender, seja enviada para apreciação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, já que a este compete deliberar sobre o "mérito acadêmico para criação, modificação e extinção de órgãos e funções", tendo em vista o constante na Alínea b do Inciso I do Artigo 10 combinado com o Parágrafo Único do Artigo 24 do Estatuto da UNIRIO.

Diretora do Departamento de Avaliação e Informações Institucionais - DAINF

Ao Magnífico Reitor, propondo o encaminhamento do presente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, para apreciação da matéria.

PROPLAN, em 2(/ 2/2012.

Paulo Roberto Pereira dos Santos Pró-Reitor de Planejamento em exercício

ria dos Conselhos a incluir na pauta união do consept.

SIAPE 397.808 Departamento de Avaliação e Informações Institucionais Av. Pasteur nº 296 / Sala 613 - Urca - Rio de Janeiro - RJ - Cep. 22290-240

2 (21) 2542-6257 - (21) 2542-6203 e-mail: dainf@unirio.br

http://www.proplan.unirio.br/departamento-de-avaliacao-e-informacoes-institucionais



Rio de Janeiro, 01 de setembro de 2010

Ilmª Senhora Decana do Centro de Ciências Biológicas e da saúde Profa. Dra Lucia Marques Vianna

Apraz-me encaminhar a esta decania o produto do trabalho realizado pela comissão encarregada de elaborar o projeto de criação do Instituto de Saúde Coletiva da UNIRIO, honrosamente por mim coordenada, conforme nomeação da Portaria Nº 16 de 19 de agosto de 2009. Durante o período, tivemos a oportunidade de estudar os documentos oficiais do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, receber representantes da área de saúde coletiva do estado do Rio de Janeiro, de representantes da saúde do estado e município, analisar e discutir as tendências apontadas pelos especialistas e as demandas da sociedade, na tentativa de apresentar uma proposta que possa estar em sintonia com as necessidades da população do Rio de Janeiro e o papel social da universidade.

A proposta ora apresentada possui três linhas básicas de sustentação: O papel social da universidade de produzir, difundir e aplicar os conhecimentos na sociedade; o papel de ordenador da formação de recursos humanos do Sistema Único de Saúde e a saúde coletiva como integradora de conhecimentos em perspectiva interdisciplinar.

Finalmente cabe agradecer em nome do grupo, a oportunidade de contribuir com a UNIRIO com o presente documento.

De acordo

(11) Stats abuture de processo; Eucounhaments à Recruian de Conselha de Centres.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA (ISC/UNIRIO)

Prof^a Dr^a Fabiana Assunção
Prof^a Dr^a Fátima Scarparo Cunha
Prof^a Dr^a Giane Moliari
Prof^a Dr^a Liliana Vargas
Prof. Dr. Nilson Moraes
Prof. Dr. Osnir Claudiano da Silva Junior

Prof. Dr. Osnir Claudiano da Silva Junior

Rio de Janeiro Setembro de 2010



HISTÓRICO E MISSÃO DA UNIRIO

A UNIRIO é uma Fundação de Direito Público integrante do Sistema Federal de Ensino Superior, sendo originária da Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), criada em 1969. Foram reunidos estabelecimentos isolados de ensino superior, anteriormente, vinculados a três Ministérios: Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria — Escola Central de Nutrição; Ministério da Saúde — Escola de Enfermagem Alfredo Pinto; Ministério da Educação e Cultura — Conservatório Nacional de Teatro, Instituto Villa-Lobos, Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Em 1975, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, esta Federação passou a denominar-se Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ).

No ano de 1977, foram incorporados à Federação o Curso de Arquivo, do Arquivo Nacional, e o Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional. Somente no ano de 1979, a UNIRIO foi instituída em um momento histórico de redemocratização da sociedade brasileira, porém guardando a fragmentação de sua origem e a autoridade imposta vigente no País. Desta fragmentação, originam-se os seus *campi*, que estão, hoje, localizados da seguinte forma: toda a Administração Superior na Zona Sul, Praia Vermelha, além do Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH (Escolas de Arquivologia, Biblioteconomia, Educação, História, Museologia, Turismo); o Centro de Letras e Artes – CLA (Escolas de Música e de Teatro); o Centro de Ciências Exatas e Tecnologia – CCET (Escola de Informática Aplicada); parte do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS (Escolas de Ciências Biológicas, Enfermagem e de



Nutrição); e, em Botafogo, o Centro de Ciências Jurídicas e Políticas – CCJP (Escola de Ciências Jurídicas, Escola de Ciência Política e Escola de Administração). No centro da cidade está instalado o Instituto Biomédico, e na Tijuca localizam-se a Escola de Medicina e Cirurgia e o Hospital Universitário Gaffrée e Guinle.

É real o desejo da UNIRIO de avançar nas esferas acadêmica e administrativa. A sua comunidade está envolvida no processo contínuo de construção coletiva de uma Universidade que tem a clareza de sua importância na busca de caminhos para a transformação social que a população deste País necessita, com urgência. A cada ano, amplia-se o número de pessoas à procura dos seus cursos de graduação, fato comprovado pela quantidade expressiva de candidatos nos últimos vestibulares, e também à procura de seus cursos de pós-graduação, seus eventos e outras atividades promovidas pela Universidade. Essa comunidade exige ações de toda natureza, tornandose imprescindíveis ações acadêmicas e administrativas, visando à instalação de um ambiente universitário estimulante e criativo.

A UNIRIO é uma Universidade que busca firmar a sua identidade, que procura caminhos para a sua efetiva democratização, que se lança ao desafio de ultrapassar barreiras fincadas pela conjuntura política nacional, tendo como princípio a qualidade acadêmica com compromisso social, sempre norteado pela visão humanista da formação de todos os que integram a comunidade universitária.



FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO PERMANENTE NO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA (ISC)

O Sistema Único de Saúde (SUS), ao chamar para si a responsabilidade pelo "ordenamento da formação de recursos humanos" (BRASIL, 1988), demanda a formulação de estratégias para a formação, capacitação e atualização de profissionais para a saúde, e de modo mais amplo a conexão necessária entre os setores de saúde, educação e trabalho.

Assim, de acordo com Amâncio Filho e Telles (s.d.),

[...] é preciso que o processo de formação do trabalhador da saúde contemple temas como o conceito de saúde e doença; o processo de trabalho em saúde, a determinação social da doença, os princípios e as diretrizes que fundamentam o Sistema Único de Saúde, as políticas de saúde e suas relações com as demais políticas públicas.

Entre as linhas de atuação do Instituto de Saúde Coletiva da UNIRIO está a construção de um *locus* para o desenvolvimento de pesquisas e ações nos campos da educação, saúde e trabalho, no contexto do Sistema Único de Saúde. Nesse sentido, o conceito fundamental da proposta é a educação permanente, política nacional, no Ministério da Saúde, expressa em termos:

[...] de ação estratégica que visa a contribuir para transformar e qualificar as práticas de saúde, a organização das ações e dos serviços de saúde, os processos formativos e as práticas pedagógicas na formação e desenvolvimento dos trabalhadores de saúde. (BRASIL, 2009)

O Instituto de Saúde Coletiva - ISC/UNIRIO - pode oferecer boas condições para ancorar institucionalmente as discussões necessárias que contribuam para o fortalecimento da política nacional e atuação local por agregar a formação de profissionais da área de saúde, massa crítica intelectual responsável pelo desenvolvimento de propostas e tomada de decisão política

de aproximação com as instâncias governamentais a fim de promover parcerias produtivas no desenvolvimento da saúde da região metropolitana do Rio de Janeiro.

A proposta do ISC/UNIRIO sustenta-se na integração entre a universidade e a sociedade e a cooperação para o desenvolvimento da saúde através do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitários.

A implementação de novas diretrizes curriculares na formação dos profissionais de saúde na UNIRIO possibilita a reordenação da formação, levando-a cada vez para as unidades do SUS, prioritariamente públicas, onde a integração ensino-serviço pode oferecer novas perspectivas aos trabalhadores, usuários e estudantes, ademais, pelo caráter amplo e multidisciplinar da saúde, envolver outras áreas do conhecimento e o surgimento de novas demandas aos serviços e à academia.

O Laboratório de Educação Permanente em Saúde (LEPS) será o espaço para a formulação de metodologias participativas e tecnologias para a formação, atualização e capacitação de estudantes e profissionais de saúde, tendo como referências as demandas educacionais destes grupos e a implementação, avaliação e recriação das respostas produzidas pelo grupo pesquisador que será o mais interdisciplinar e plural possível. Os projetos de pesquisa e ação serão coletivos e visam a oferecer necessariamente respostas teóricas e práticas para as questões de ensino e assistência no âmbito do SUS.

As novas e antigas tecnologias de ensino em saúde carecem de discussões, implementações e recriações para que possam oferecer respostas à realidade concreta da saúde na região metropolitana do Rio de Janeiro. As



novas tecnologias de educação e comunicação precisam ser testadas e incorporadas para formação e capacitação dos profissionais. Assim, elementos da comunicação e educação em saúde devem ser desenvolvidos no ISC/UNIRIO e nas unidades assistenciais. A diversidade de cenários e situações desafiam a capacidade dos profissionais e membros da academia, assim como usuários à busca de soluções possíveis para o encaminhamento das questões diagnosticadas.

II - A JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA (ISC)

As mudanças nas instituições de saúde, nas gestões e modelos relacionais e nos processos de formação e saberes são construções de um tempo.

Os profissionais de saúde (incluindo biomédicos e alguns clínicos) reconhecem que o campo da Saúde Coletiva é um campo consolidado de formação de profissionais, pesquisadores e produção de conhecimentos. Um campo em permanente processo de negociação com ofertas e demandas objetivas, atravessadas por distintas utopias sociais e sanitárias. Há, entretanto, um conjunto de desafios que devem ser "superados" pelos envolvidos, entre eles são destacados: a delimitação mais precisa do campo; a unidade do campo; a consolidação da área e movimento em direção ao topo da avaliação; a distribuição regional; e a internacionalização.

Vivemos um tempo em que os profissionais de saúde são tocados diretamente pelos efeitos das diferentes formas de mudanças. No caso da Saúde Coletiva, e no caso dos profissionais de saúde coletiva da UNIRIO, desde os tempos de Escolas e Federações, ela mesma foi objeto de diferentes

6

mudanças e foi valorizada ao longo do século XX, assumindo diferentes faces. A Saúde Coletiva foi identificada como Higiene, como Saúde da Comunidade, como Medicina Comunitária, epidemiologia clínica. Cada mudança exigiu novos saberes e articulações com os demais profissionais e campos envolvidos até assumir a forma atual que implica também mudanças institucionais e relacionais. Hoje estamos sendo chamados a mais uma mudança. Uma situação que não depende de vontades pessoais, que está determinada pela construção de um novo cenário de saúde, de atenção médica, de produção de assistência, formação, serviços e pesquisa. Ela não tem nenhuma implicação jurídico-formal, apenas da decisão institucional e legitimada pela vontade coletiva.

Muitos docentes, pesquisadores e mesmo alunos têm enorme dificuldade em compreender as diferenças entre abordagens exclusivamente clínicas, isto é, do processo saúde-doença na dimensão individual, e abordagens populacionais, isto é, na dimensão coletiva.

Considerando que:

- 1- A UNIRIO é composta por Escolas nas áreas da saúde, educação, cultura, ciências políticas e jurídicas e tecnologia e que a formação dos profissionais, particularmente na área da saúde, está centrada na formação individualizada sem integração dos diversos futuros profissionais, sem interdisciplinaridade, nem mesmo com trabalho multidisciplinar; entendendo que a saúde coletiva tem a perspectiva de integração dos diversos saberes para formar profissionais que aprendam a trabalhar de forma integrada na perspectiva de respeito, complementaridade e interdisciplinaridade;
- 2- A Universidade tem que ser propositiva com relação à elaboração das políticas públicas de saúde e que isso não vem acontecendo de forma

organizada e sistematizada, com os diversos olhares não só dos profissionais da saúde, como os da educação e cultura podendo contribuir com importantes formulações;

3- A Universidade deve se integrada ao SUS, ao mesmo tempo em que participa ativamente, questiona e elabora propostas para a construção coletiva do SUS desejado;

Foi formulada a proposta de criação do Instituto de Saúde Coletiva, no programa REUNI, o qual foi aprovado no Conselho Universitário – CONSUNI. A partir disso foi nomeado um de Grupo de Trabalho (GT), instituído pela Portaria Nº 7, de 1º de abril de 2009, da Decania do CCBS, com a finalidade de elaborar o projeto de criação do Instituto de Saúde Coletiva – ISC.

Em defesa do ISC, consideramos que ele pode incrementar, na UNIRIO, um campo pouco explorado que oferece possibilidades limitadas aos docentes e aos estudantes. Deve ser compreendido como espaço de inovação e encontro com o coletivo, um instrumento facilitador, incentivador e renovador de saberes e práticas em Saúde Coletiva. Permite que a Saúde Coletiva faça parte da rotina do formando e renove as reflexões e a produção do campo. Nesse sentido, o ISC poderá articular e favorecer as redes relacionais e a difusão do conhecimento produzido na Instituição.

Consideramos que, fundamentalmente, toda a produção do ISC deve estar inserida na lógica e no esforço de consolidação do SUS. Portanto, ao contrário da tradição do campo biomédico e do modelo de formação do profissional de saúde implementado pelo Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS) da UNIRIO, a ação do ISC deve ser no sentido de inverter essa prioridade, essa lógica.

Mais importante, a constituição do ISC se justifica, na promoção do encontro entre a UNIRIO, o SUS e o atendimento das demandas da sociedade brasileira.

III - A IMPORTÂNCIA E A ATUALIDADE DO DEBATE SOBRE A SAÚDE COLETIVA

O Brasil é um país de complexidade e variedade epidemiológica e de modelos assistenciais que exige atenção especial dos pesquisadores, militantes sociais e sanitários, remetendo a diferentes enfoques, estratégias e prioridades. As ausências da perspectiva histórica e social impedem qualquer análise, possibilidade de compreensão ou de transformação. A saúde e a sua ausência são no Brasil construções, ações e intervenções com implicações complexas. A saúde no Brasil não será transformada pela vontade de um grupo ou pela ação voluntarista ou mesmo competente de algum grupo ou indivíduos.

O cotidiano das instituições e dos profissionais de saúde exige capacidade de reinterpretar e encaminhar práticas e soluções em conformidade com as instituições e os modelos a que elas estão submetidas. Uma avaliação aponta a necessidade de modificações no cotidiano destas instituições e na estrutura que fundamenta, regula e administra o sistema de saúde.

A implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), a partir de 1990 no Brasil, demonstrou as dificuldades gerenciais, políticas e assistenciais que este modelo enfrenta em escala nacional. O SUS não surgiu do nada e foi gestado ao longo de duas décadas de debates e experimentos. O SUS promoveu e ainda enfrenta um curso de mudanças nas instituições de saúde. O SUS é e exige uma negociação cotidiana com a realidade brasileira. Um processo longo e tenso considerando as diferenças e expressões regionais.

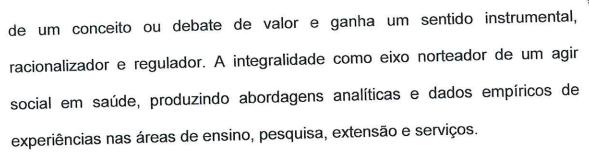


O SUS determinou reformulações em todas as áreas que compõem o setor. Aos profissionais de saúde e aos grupos da sociedade civil interessados no tema, coube o desafio de repensar cotidianamente os modelos assistenciais. A cada dia e em diferentes níveis assistenciais novas propostas e demandas exigem uma revisão e reformulações na formação dos recursos humanos. Os profissionais de saúde estão obrigados à revisão e complementação de seus saberes e práticas para acompanhar as tendências que se apresentam nesse momento e no processo de mudança em que a saúde e a sociedade se encontram. Isso sem deixar de considerar as inovações próprias a cada campo do conhecimento.

Diante das tendências e exigências que o cotidiano apresenta aos profissionais de saúde, em particular de Saúde Coletiva, as ações destes profissionais devem estar atualizadas e aperfeiçoadas para atuarem com base na epidemiologia e nas ciências sociais, fundamentadas em princípios éticos tanto para a produção do conhecimento quanto para o exercício profissional.

O olhar renovado do cotidiano das instituições e das disciplinas científicas só será eficaz no se forem capazes de compreender a lógica do SUS e de atuar de acordo com ela. O papel da descentralização da gestão, da gerência racionalizadora das unidades básicas, das pesquisas inovadoras, da crítica metodológica fazem parte de uma estrutura que se complementa.

Os desafios do cotidiano na Saúde Coletiva têm sido enfrentados nos debates sobre a Integralidade. A idéia de Integralidade emerge como fundamental, nos anos 1980, com os debates sobre a Reforma Sanitária. A consolidação do SUS implica que a integralidade se constitua como eixo transformador ou princípio do SUS. Portanto, ela não revela mais a existência



A impiantação do ISC/UNIRIO vem ao encontro das análises proposições expressas pela comunidade científica e atores políticos presentes no IX Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva na Carta de Olinda, 2009.

Não se podem conceber ciência, tecnologia e inovação apenas em relação a bens materiais. Inovações nas políticas de saúde, na organização e na produção de serviços são igualmente relevantes.

IV- FINALIDADE DO ISC

O ISC sendo um espaço privilegiado, articulado e transdisciplinar de ensino, pesquisa, extensão e serviços reúne diferentes competências e expectativas na produção, circulação e orientação assistencial e acadêmica. Assim, caberá aos profissionais reunidos no ISC estimular, orientar, promover e elaborar ferramentas de análise de estratégias, políticas, serviços e reflexões teórico-metodológicas em Saúde Coletiva centrados na diretriz da formação, gestão, inclusão de temas e prioridades em saúde com participação da sociedade civil.

O ISC deve fornecer as condições mínimas, de forma articulada e crítica, aos seus discentes para aprofundar saberes específicos das ações em saúde.

O ISC deve também aprimorar a sua competência técnico—administrativa conforme as demandas, tendências e saberes produzidos no e pelo setor da saúde.



A criação do ISC visa a fortalecer a inserção da UNIRIO no cenário de produção e aplicação crítica dos conhecimentos teóricos e práticos na Saúde Coletiva, a partir das demandas próprias da região metropolitana do Rio de Janeiro.

V - A SAÚDE COLETIVA E O ENSINO DE GRADUAÇÃO

No campo da saúde, a consolidação do SUS no Brasil suscita novas e importantes questões diante da necessidade de oferecer atenção integral, resolutiva e de qualidade em todos os níveis do sistema. Por essa razão, o debate sobre formação e desenvolvimento dos profissionais de saúde vem ganhando importância crescente, já que o descompasso entre o perfil dos profissionais e as orientações do sistema de saúde é identificado como fator crítico para a consecução desses objetivos.

Apesar de ter havido, na última década, um descompasso entre os setores da saúde e da educação (o primeiro orientado por um movimento social democratizante, e o segundo orientado pelas diretrizes do estado mínimo), as novas diretrizes curriculares nacionais para os cursos universitários da área da saúde indicam caminhos para enfrentar os desafios.

Essa confluência tornou-se possível por ser fruto de intensos debates e mobilização de vários grupos que pleiteavam mudança na educação dos profissionais de saúde e dos educadores, nas associações educacionais, nos Conselhos de Secretários Municipais de Saúde e nos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional de Saúde.

Um dos aspectos principais das diretrizes curriculares é a indicação de que na graduação deve haver maior vinculação da formação acadêmica às



necessidades sociais de saúde, com ênfase no SUS. As diretrizes curriculares indicam que os cursos de graduação devem ter como eixo do desenvolvimento curricular o processo saúde-doença em todas as suas dimensões e manifestações – considerando o cidadão, a família e a comunidade, integrados à realidade epidemiológica e social.

Entre as competências gerais dos profissionais, ressaltam as diretrizes que "os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo" (CNE/MS/MEC, 2001).

De acordo com essas diretrizes, "a formação do profissional deve contemplar o sistema de saúde vigente no país, a atenção integral da saúde num sistema regionalizado e hierarquizado de referência e contra-referência e o trabalho em equipe" (CNE/MS/MEC, 2001).

Em conseqüência da necessidade de mudanças na formação profissional, na organização e nas práticas dos serviços, surgiram várias iniciativas orientadas à construção de agenda comum entre gestores municipais e instituições formadoras, visando a uma cooperação maior entre as universidades e os serviços de saúde. Outra iniciativa seria quanto à elaboração de projetos pedagógicos capazes de produzir perfis profissionais mais adequados ao sistema de saúde (CAMPO e ELIAS, 2008).

Alguns dos elementos fundamentais das novas propostas para a formação profissional passaram a ser: metodologias ativas de ensino-aprendizagem, articulação entre trabalho e aprendizagem, prática ao longo de todo o curso e em todos os cenários em que ocorre o processo saúde-doença,



e compromisso com a resolução de problemas da realidade (CAMPO e ELIAS, 2008).

Apesar do processo de construção do SUS ter alimentado diretamente o movimento por mudanças na educação dos profissionais de saúde, de modo geral, a participação da Saúde Coletiva na graduação médica não tem sido objeto de reflexão sistemática (CAMPO e ELIAS, 2008).

O grande esforço de constituição do campo da Saúde Coletiva concentrou-se na pós-graduação e na produção de conhecimento. O lugar do ensino da Saúde Coletiva nos cursos de graduação da área de saúde tende a reproduzir os eixos disciplinares da pós-graduação: Epidemiologia, Planejamento, Gestão em Saúde, Ciências Sociais em Saúde e Saúde do Trabalhador, Meio Ambiente, Ética, Cidadania, Equidade e Política de Saúde.

Especificamente quanto ao ensino desses conteúdos, as novas diretrizes curriculares nacionais enfatizam a necessidade de incorporação do enfoque epidemiológico, populacional, na compreensão dos "determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais" do processo saúde-doença, estabelecendo que a estrutura do curso de graduação tenha como um dos eixos do desenvolvimento curricular "as necessidades de saúde dos indivíduos e das populações", como consta da resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE/MS/MEC, 2001).

Uma oficina de trabalho sobre Saúde Coletiva na graduação em Medicina, realizada pela Abrasco em dezembro de 2002 na Faculdade de Medicina da Santa Casa de São Paulo, revelou um importante desconhecimento dos professores de Saúde Coletiva em relação aos

14



movimentos de mudança e às diretrizes curriculares. Também foram constatados uma significativa heterogeneidade em relação aos conteúdos de Saúde Coletiva atualmente presentes na graduação e um relativo afastamento do campo diante de questões e desafios concretos da área de educação e da própria construção do SUS (CAMPO e ELIAS, 2008).

Entre as iniciativas promovidas no Brasil para a introdução de novas práticas de formação profissional em saúde de profissionais tecnicamente preparados para prestar atenção integral à saúde e comprometidos com a solução dos problemas sanitários, destaca-se o Programa UNI, desenvolvido com o apoio da Fundação Kellogg em seis instituições de ensino superior brasileiras, em parceria com os sistemas locais de saúde e com organizações comunitárias, para a implantação de mudanças na formação, na organização da atenção à saúde e na participação popular (CAMPO e ELIAS, 2008).

Particularmente em relação às experiências apoiadas pelo Programa UNI, ressalta-se a do município de Londrina (PR), que vem sendo reconhecida no Brasil e no exterior como potencialmente promotora de mudanças significativas na formação de médicos. As novas propostas de orientação têm contemplado a interdisciplinaridade, a articulação entre ensino-serviços-comunidade, a ampla utilização de cenários de ensino extra-hospitalares e a alteração dos conteúdos, processos e relações.

No cenário das mudanças na graduação, essas experiências assumem um papel estratégico, justamente por trilharem os caminhos para consolidar os respectivos projetos de reforma na formação médica. Nesse sentido, a análise dos processos de implantação, a consideração das dificuldades enfrentadas, o estudo das alternativas propostas e, sobretudo, a avaliação dos primeiros

resultados constituem focos de particular relevância na busca de alternativas para a (re) configuração até mesmo da própria crise da saúde pública (CAMPO e ELIAS, 2008).

Ao longo do período em que aquele grupo se reuniu, constatou-se a existência de um consenso de que o profissional de saúde, no mínimo, tem o desafio de rever o conceito e as práticas de atenção à saúde no ensino de graduação, de forma a atender às demandas da coletividade.

Nossas considerações encontraram eco nas diretrizes curriculares nacionais que sugerem mudanças na formação dos profissionais de saúde e no incentivo à consolidação do SUS. Destacamos que existe, inclusive, falta de conhecimento ou clareza sobre as ações em |Saúde Coletiva, embora – paradoxalmente – exista um discurso que incentiva e valoriza a sua prática. Concluímos este capítulo abordando a necessidade de maior clareza, rigor e aprofundamento sobre o que seja saberes e práticas em Saúde Coletiva, principalmente, a integração curricular racional e inovadora na formação do profissional de saúde.

VI - A SAÚDE COLETIVA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Considerando que a extensão universitária é percebida como a função articuladora entre o ensino, a pesquisa e a realidade social, pode-se entendê-la como sendo o veículo de comunicação da comunidade acadêmica e da sociedade, possibilitando, a cada uma das partes, o enriquecimento necessário ao processo integrador de produção de conhecimento.

As atividades do Instituto de Saúde Coletiva permitem inúmeras áreas de atuação junto à comunidade. Em atividades de promoção de saúde junto à

comunidade, é possível melhorar os resultados do tratamento de várias doenças, e as pessoas/pacientes sentem-se "empoderadas" pela oportunidade de tomarem decisões sobre o tipo de cuidado que melhor se adequa a eles e à sua comunidade.

A participação comunitária, quando incorporada ao sistema de saúde, é um elemento que pode reduzir as barreiras de acesso (TRAVASSOS e CASTRO, 2008).

Acredita-se, então, que com o Instituto de Saúde Coletiva outras ações de extensão podem estar incorporadas a este, permitindo, assim, um maior estreitamento das relações entre comunidade e universidade, contribuindo ainda mais para a redução das barreiras de acesso.

Fica evidente também que a extensão não pode estar desarticulada da pesquisa e do ensino e que estas funções devem, em consequência, estar vinculadas, cada vez mais, às necessidades da sociedade.

A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PROEx da UNIRIO fundamenta-se em um modelo político-pedagógico participativo, que prima pela busca da qualidade social. Ela é responsável pela formulação de políticas, gerência e avaliação da Extensão e dos Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade.

A PROEx se apresenta como um espaço de construção do conhecimento, de preservação e recriação da cultura e de promoção do bemestar da comunidade universitária, reafirmando o compromisso social da UNIRIO e interligando-a com as demandas de sua comunidade e da sociedade. Um local que proporciona a reflexão, o debate de idéias, o



surgimento de soluções conjuntas, guardando a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa.

As atividades de Extensão da UNIRIO, dessa forma, vêm contribuir, junto com outras instâncias da Universidade, para a instalação de um ambiente universitário estimulador, favorecendo o surgimento de condições propícias para o desenvolvimento do trabalho dos profissionais que atuam na UNIRIO e para uma formação acadêmica crítica dos alunos, a partir do interrelacionamento dos membros da comunidade universitária.

A Extensão passa a ser entendida como processo acadêmico, definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, implicando relações multi, inter e transdisciplinares e interprofissionais.

As atividades de extensão viabilizam um inter-relacionamento entre os membros da comunidade universitária, compreendendo o desenvolvimento de ações que partam das demandas apontadas pela própria comunidade da UNIRIO, tornando o ambiente universitário vivo, estimulante e criativo.

OBJETIVOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNIRIO (2009):

 Implementar na UNIRIO as políticas dos Fóruns de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, de acordo com o seu projeto políticopedagógico institucional.

Assuntos Comunitários e Estudantis, visando à relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.



- Participar criticamente da elaboração de planos e da efetivação de ações de extensão, em intercâmbio com outras Instituições voltadas para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural das comunidades local, regional e nacional, visando à autossustentabilidade.
- Democratizar o conhecimento acadêmico, comprometendo a comunidade universitária com questões de relevância social.
- Ampliar o acesso da comunidade universitária, bem como de todos os segmentos sociais, aos bens culturais e aos instrumentos de sua produção.
- Definir mecanismos que possibilitem o desenvolvimento de propostas específicas para o auxílio a membros de grupos em algumas situações de desvantagem social, para a sua permanência na Universidade.
- Contribuir para o fortalecimento da organização livre, consciente,
 responsável e participativa do estudante e a sua integração na vida universitária.
- Promover a integração da comunidade universitária, viabilizando atividades literárias, esportivas, recreativas, culturais e de lazer, tendo em vista a busca da melhoria da qualidade de vida no campus e no entorno socioeconômico da UNIRIO.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A idéia de que o conhecimento elaborado pela Universidade não é único, que existem outras formas de perceber e sentir o mundo, e que elas surgem dos inúmeros segmentos sociais, não pode mais ser negada. Portanto, cabe à Universidade abrir e ampliar o diálogo com a população, colocando em contato com outras formas de conhecimento seus profissionais e alunos.



Nesse sentido, as atividades de extensão da UNIRIO se baseiam em uma tendência acadêmica que privilegia a produção de saberes e a efetivação de práticas voltadas para os problemas nacionais e regionais, e que tem a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão como ponto de referência.

No Instituto de Saúde Coletiva, a extensão, por suas características atuais, pode ser uma das estratégias utilizadas no processo de flexibilização curricular, pois possibilita o olhar da Universidade para as transformações que ocorrem no cotidiano.

As ações de extensão cadastradas na PROEx são referidas às áreas Temáticas de Extensão, definidas pelo Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras, e destacadas no Plano Nacional de Extensão (RENEX – Rede Nacional de Extensão):

COMUNICAÇÃO

CULTURA

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

EDUCAÇÃO

MEIO AMBIENTE

SAÚDE

TECNOLOGIA E PRODUÇÃO

TRABALHO

Para a concretização do pensamento de que a extensão deve ser um exercício de ação do Instituto de Saúde Coletiva da UNIRIO, entende-se que é imprescindível atuar integralmente no espaço interno da Universidade bem

como favorecer um processo de integração com a comunidade externa, tendo como objetivo principal a busca conjunta de soluções que contribuam efetivamente para a transformação da realidade existente.

VII - A SAÚDE COLETIVA E A PÓS-GRADUAÇÃO

A pós-graduação é um complexo sistema de formação científica, com diferentes níveis e expectativas, que, no Brasil, adquiriu grande importância no sistema de ensino superior brasileiro, a partir dos anos 1990. Ao mesmo tempo em que ela ganha complexidade e legitimidade, se distancia da necessidade de intervir na realidade nacional. Ela desenvolve grande articulação e extensa rede relacional que independe de vontades individuais e imprime uma política e uma pauta produzidas na CAPES e no CNPq os quais assumem a liderança e a orientação destes processos.

Estudiosos demonstram que a formação oferecida nos diferentes cursos e campos da pós-graduação no Brasil parece preencher positivamente as expectativas e demandas das profissões acadêmicas; contudo, observa-se uma tendência de maior afastamento e menos relevância e impacto no caso das ocupações voltadas a outros campos de trabalho.

A CAPES é o órgão responsável pela elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação. A ela cabe elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas ao ensino superior. Ela, desde a segunda metade dos anos 90, concentra tarefas e poderes, acelerada com uma política de controle e orientação de qualidade, produção e produtividade por meio do aprofundando de sua relação com segmentos da comunidade científica e acadêmica. Ao longo do tempo, a CAPES se transforma na mais importante agência de

elaboração e coordenação de políticas de desenvolvimento para o campo acadêmico através de diferentes áreas definidas como estratégicas pelos setores hegemônicos da sociedade brasileira, adotando políticas públicas, desenvolvendo Projetos e Programas institucionais.

O papel do ISC, ao apoiar e influenciar a formação de recursos humanos para a Saúde Coletiva deverá considerar as especificidades do campo, sua história e a demanda das necessidades nacionais e regionais. Dessa forma, deverá incentivar a capacitação, a intervenção e o aprimoramento do corpo docente e técnico da Instituição. Compreende-se, portanto, que esse processo exige um forte vínculo com as demais instituições produtoras do saber, das demandas e dos debates consolidados ou colocados para os profissionais de Saúde Coletiva.

O desenvolvimento e a oferta de atividades de pós-graduação e a participação nestas é um dos compromissos científicos do ISC, no sentido de cumprir suas atribuições acadêmicas e, principalmente, do fortalecimento e articulação com o ensino e com a pesquisa preocupando-se em influenciar na consolidação do SUS.

A - Residência Multiprofissional

A residência multiprofissional foi instituída pela Portaria INTERMINISTERIAL MEC/MS Nº 45, DE 12 DE JANEIRO DE 2007.

O ISC desenvolverá o programa de residência multiprofissional entendendo que é uma das formas importantes de integração dos diversos profissionais na área da saúde.

A Residência Multiprofissional em Saúde e a Residência em Área Profissional da Saúde constituem-se em ensino de pós-graduação *lato sensu*



destinado às profissões que se relacionam com a saúde, sob a forma de curso de especialização caracterizado por ensino em serviço, sob a orientação de profissionais de elevada qualificação ética e profissional, com carga horária entre 40 (quarenta) e 60 (sessenta) horas semanais.

Os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde e Residência em Área Profissional da Saúde serão desenvolvidos em parceria entre gestores e instituições formadoras em áreas justificadas pela realidade local, considerando o modelo de gestão, a realidade epidemiológica, a composição das equipes de trabalho, a capacidade técnico-assistencial, as necessidades locais e regionais e o compromisso com os eixos norteadores da Residência Multiprofissional em Saúde. Os profissionais que fazem parte da Residência Multiprofissional provêm dos seguintes cursos: Biomedicina, Farmácia, Fisioterapia, Enfermagem, Educação Física, Biológicas, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

Os princípios e diretrizes do SUS norteiam a Residência Multiprofissional, a partir das necessidades e realidades locais e regionais.

B - Especialização em Gestão de Organização Pública de Saúde na modalidade a distância:

Este curso está aprovado pela Diretoria de Educação a Distância da CAPES/MEC para ser oferecido em 12 pólos de apoio presencial com 600 altimos. Mários professores e a coordenação são integrantes do grupo de trabalho de criação do ISC. Portanto, logo que o ISC for aprovado nos Conselhos Superiores, o curso passará a ser administrado pelo ISC.

23

C - Mestrado e Doutorado



Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva:

Formação profissional, Gestão e Interesse Público em Saúde Coletiva

O Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UNIRIO pretende estimular e desenvolver uma perspectiva inovadora e crítica de ensino integrado à pesquisa, a ligação com outras instituições e a competência gerencial e cooperação técnica, enfatizando a natureza transdisciplinar, as múltiplas e globalizantes dimensões da Saúde Coletiva, e privilegiando a formação para a docência, prestação de serviços, atividades de pesquisa e integração de estudantes, pesquisadores e profissionais de distintas áreas e formação diversificada.

A Saúde Coletiva se articula a partir de três elementos: Epidemiologia, Administração e Planejamento em Saúde e Ciências Sociais em Saúde. Seu enfoque transdisciplinar exige o trabalho com disciplinas como a Demografia, Psicologia, Estatística, Filosofia, Ecologia, Geografia, Antropologia, Economia, Sociologia, História e Ciências Políticas, entre outras.

A Saúde Coletiva exige um modo de organização do processo de trabalho em saúde que enfatiza a promoção da saúde, a prevenção de riscos e agravos, a reorientação da assistência a doentes e a melhoria da qualidade de vida. Ela privilegia mudanças nos modos de vida, nas condições de trabalho, nos modelos assistenciais e nas relações entre os sujeitos sociais envolvidos no cuidado à saúde da população.

O Programa de Pós-Graduação (PPG) prioriza a análise da Saúde Coletiva a partir do Rio de Janeiro. Seu objeto e objetivo de investigação são a Saúde Coletiva do Rio de Janeiro, a situação da saúde da população, o modelo assistencial e a demanda em saúde da população do Rio de Janeiro.

O PPG compreende que a Saúde oferecida – e demandada pelo Estado e instituições de produção da saúde – à população local e o modelo de assistência fazem parte de um conjunto ou contexto em que, além de elementos locais, estão considerados elementos estruturantes do modelo de atenção à saúde da população e de políticas públicas oferecidas em escala internacional.

Linhas de Pesquisa:

a) Comunicação, Informação e Novas Tecnologias na Saúde Coletiva

Esta linha está comprometida com o estudo da constituição, trajetória e capacidade de inter-relações entre informação, comunicação e novas tecnologias em saúde, considerando-as histórica e socialmente contextualizadas e produtoras de sentidos e de efeitos, sob influência de diferentes, contraditórias e tensas perspectivas sanitárias, epistemológicas e teórico-metodológicas.

Em comum, a comunicação, a informação e as novas tecnologias são discursivamente apontadas como conquistas sociais e expressariam a formação de novos quadros técnicos, eficientes. Além do terreno discursivo e simbólico, a conjuntura envolve situações que não se encontram nos discursos, nas intenções e nas vontades individuais, elas possuem uma dimensão material e outra imaterial. Consideramos as ações, práticas e processos de produção, aplicação e difusão de conhecimentos científicos e técnicos no campo da saúde, analisando as representações do conhecimento, práticas, nos regimes de produção e de regulação de conhecimentos e de técnicas e na dinâmica das redes de pesquisa e cooperação em Saúde Coletiva.

Portando, interessa à nossa Linha de Pesquisa o estudo das relações entre políticas, instituições de saúde, discursos e projetos sociossanitários e a população, seus processos de produção, circulação e apropriação de informações, discursos e saberes. Situações e contextos em que as mediações são processos estratégicos. A natureza e características das mediações culturais, sociais, lingüísticas, institucionais e tecnológicas que influenciam a Saúde Coletiva.

b) Gestão, Avaliação e Planejamento em Saúde Coletiva

A linha de pesquisa em Gestão, Avaliação e Planejamento em Saúde Coletiva reúne profissionais com ações e formações multidisciplinares, com experiência e atuação em diferentes departamentos e unidades da UNIRIO como articulações externas. A Linha de Pesquisa é composta por pesquisadores com experiência em pesquisas em Saúde Coletiva, análise de conjuntura política e assistencial, análise em situação de saúde e avaliação de sistemas e serviços de saúde, análise institucional, de discursos e sentidos de práticas e políticas. Empenhados em pesquisas quantitativas e qualitativas, procuram imprimir uma interface entre esses dois modelos de abordagens. A Linha de Pesquisa pretende oferecer cursos e treinamentos em parceria com instituições acadêmicas nacionais e internacionais e formação continuada de profissionais. Desenvolve uma perspectiva de integração ensino-pesquisa-serviços e está empenhada em desenvolver expremover a produção e circulação dos conhecimentos.



VIII - A SAÚDE COLETIVA E A PESQUISA

Saúde, ciência e tecnologia são consideradas fundamentais na construção do desenvolvimento econômico e social. São fundamentais na produção da cidadania e da democratização da sociedade brasileira. A pesquisa possui um sentido, ela não existe por si, ela é uma ferramenta estratégica do sistema de saúde, na diminuição do tempo, nos custos dos serviços e na produção de um cuidado competente a todos que reclamam um atendimento.

O ISC, comprometido com o sistema de saúde e com a qualidade da formação dos alunos da UNIRIO, organizará um sistema de pesquisa em Saúde Coletiva que esteja baseado em prioridades sanitárias e assegurará a incorporação dos resultados às políticas e ações de saúde em diferentes níveis da Federação e do SUS. Avanços na área biomédica produzem expectativas, abrem novas e diferenciadas oportunidades, mas impõem desafios adicionais aos profissionais do campo. Estes avanços são estimulados pela lógica do capital e dos negócios que envolvem diferentes setores da economia. O desenvolvimento do campo da saúde, desde o século XIX, é articulado às transformações no sistema capitalista, e só uma ação racional pode definir o que é lógica do capital e o que é ação científica e de cuidado. Portanto, cabe ao ISC, inclusive, uma liderança no processo de reflexão de metodologias capazes de permitir a compreensão dos processos envolvidos. O ISC deverá desenvolver um sistema de pesquisas em Saúde Coletiva que contribua para o cumprimento das metas, estratégias e prioridades do SUS.

A pesquisa científica objetiva contribuir para a construção do conhecimento, sendo planejada e executada segundo critérios reconhecidos e



valorizados no campo, considerando os temas que influenciam uma determinada conjuntura e os diversos interesses sociais. Entre as funções da academia, o desenvolvimento de atividades de pesquisa possibilita a inclusão de discentes em diferentes etapas do processo de produção e divulgação científica.

O ISC compreende que sua atividade de pesquisa parte do processo de formação do estudante, não deve estar dissociada do interesse público e precisa assumir o comprometimento com a melhoria do funcionamento do sistema de saúde e com a melhoria da qualidade de vida e de saúde da população.

Os profissionais e os discentes vinculados ao ISC, ao estimularem a reflexão e o desenvolvimento de pesquisas em Saúde Coletiva, encontrarão em suas atividades um conjunto de elementos que poderão vir a constituir o ponto de partida ou a matéria-prima dessa reflexão.

IX - O ISC E O ENSINO A DISTÂNCIA

O uso da tecnologia seduz as pessoas, aumenta a produtividade, permite um maior controle sobre os indivíduos/grupos/instituições/atividades, introduz novos modelos relacionais, incorpora novos temas e enfoques. O sistema informacional e a internet, em particular, transformam-se em vigorosas ferramentas de mudanças.

A internet vem, ao longo das duas últimas décadas, demonstrando ser a ferramenta tecnológica de maior potência da atualidade. Ela ajuda e viabiliza todos os dias a invenção, reinvenção e produção de novas tecnologias e usos. O simples fato de a internet possibilitar a convivência e a simultaneidade de um



grande número de articulações e informações a faz um recurso extraordinário.

A internet, se universalizada, possibilitaria a existência e a demonstração de um espaço realmente democrático de produção de sentidos e de formação social e profissional.

A educação vislumbra na tecnologia uma possibilidade de inovação e de mudança na forma de ensinar e aprender, buscando incorporar as tecnologias às atividades pedagógicas de forma a favorecer o aprendizado autônomo. A incorporação das tecnologias à educação é uma iniciativa para vencer a distância física, com claro objetivo de levar o conhecimento para pessoas com difícil acesso a ele ou em situações específicas. Entretanto, o uso de ferramentas como a internet não livra o processo pedagógico de hábitos e saberes que podem ser apontados como superados ou contrários aos interesses coletivos como um modelo de prática e de saber tradicional — verticalizado, com conhecimento fragmentado — de ensino-aprendizagem. Algo contraditório com o propósito da ferramenta que se baseia na convivência plural e democrática de diferentes culturas e possibilidades de usos.

A Educação a Distância induz as instituições que oferecem um sistema formal de educação aos seus gestores e formuladores teóricos e aos professores a pensar e a produzir cursos e práticas distanciados da terminalidade e da suficiência do conhecimento, ancorados na formalização, legitimação, tradição e certificação exigida por um mercado excludente.

A idéia de Educação a Distância não é consensual e está em pleno processo de constituição, ela coloca diferentes questões para todos os envolvidos nessa construção. A Educação a Distância parte de uma situação. É um processo de ensino-aprendizagem marcado pela mediação de tecnologias



em que professores e alunos estão separados na dimensão espacial ou temporalmente em situações distintas ou por não estarem presentes no mesmo lugar à mesma hora, mas que sejam capazes de desenvolver relações criativas pedagogicamente.

A Educação a Distância faz parte de um cenário em que são implementados diversos experimentos, recursos e meios comunicacionais. Constitui-se em uma modalidade e modelo de ação educativa que pretende incentivar atividades e ações colaborativas, capacitação profissional, intervenção consciente e cidadã e cooperação entre diversos atores, instituições e saberes objetivando promover, enriquecer e qualificar a formação das pessoas nas mais diversas situações.

Essa capacidade de incluir tecnologias, linguagens e discursos produz uma situação absolutamente nova na produção do conhecimento e nas relações que envolvem a prática pedagógica. A expansão da Educação a Distância além de recursos vai exigir a necessidade de uma repactuação entre os diferentes atores, a concepção e os interesses existentes na Universidade.

X - O ISC E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Divulgação, difusão, informação, vulgarização são algumas palavras e preocupações colocadas, em anos recentes, para os profissionais da Universidade. Não basta a existência da produção, ela deve ser conhecida, reconhecida e ampliada. Portanto, a visibilidade é um traço recente do *habitus* acadêmico.



O cientista, que a mídia e a ficção transformaram em pacato criador individual e companheiro da solidão, é personagem de um tempo lento que se esgotou. O cidadão, o cientista, o artista, o profissional de saúde, o pesquisador, o jornalista, o consumidor, a sociedade civil organizada, o professor são alguns dos atores, produtores de alternativas ou agentes sociais de um mundo que se anuncia como global. Eles vivem de modo diferenciado e segundo expectativas específicas o desafio da produção, da circulação, da gestão do conhecimento e da informação em seus diferentes domínios.

O mundo atual necessita de uma informação cotidianamente renovada e crescente. Nesse sentido, a Universidade, através de suas diferentes unidades institucionais, tem o compromisso de viver os desafios locais e planetários e interagir intensamente com eles. Desafios que se multiplicam e transpõem a Universidade ou que batem à sua porta, como criação, efeito ou desdobramento.

Os processos informacionais e comunicacionais são elementos estratégicos na constituição, produção e disputa de sentidos, viabilização e adoção de novos padrões relacionais, assistenciais, científicos, artísticos ou tecnológicos. Estes processos representam ou significam a existência e a convivência de novos atores, projetos, insumos, tecnologias, suportes e modos de enunciação. A Saúde Coletiva, pela sua natureza transdisciplinar e multi-institucional, produz uma amálgama dessas demandas e modos de compreensão na saúde.

O centro da moderna sociedade apresentada pelos setores sociais dominantes, de uma forma simplificadora e determinada a escamotear suas bases e estratégias de dominação, como a "sociedade do conhecimento",



impõe a convivência e a simultaneidade de complexos processos de produção e difusão de conhecimento. Essa sociedade está organizada, faz uso de tecnologias informacionais e estimula a existência de redes de interesses que se utilizam destas tecnologias.

A circulação da informação exige novos conhecimentos, novas práticas institucionais, modelos e lógicas de reflexões na produção dos conhecimentos, formas de tratá-los e de difundi-los. Estamos marcados, pelo projeto social dominante, por uma crescente institucionalização e controle social. A resistência, portanto, é urgente, necessária e produtora de alternativas.

Uma política de informação e comunicação científica inscreve-se num contexto de mudanças e de inclusão dos diferentes discursos, estratégias, atores, centros e esforços de pesquisa e de produção do conhecimento. Ela surge num momento em que a existência da pesquisa não se esgota em si, mas que deve ser um mecanismo de trocas institucionais e entre linhas do conhecimento, realizando e estimulando um tipo de reflexão científica, rigorosa, voltada para a polêmica, articulando a produção do conhecimento ao contexto e equipamentos sociais e assistenciais existentes.

Desde os anos 1980, qualquer conhecimento ou problema que envolve os indivíduos e seu entorno exige um tipo de ação que impede o domínio ou o monopólio de um único grupo, interesse ou modo de compreensão.

Portais na internet, redes de conhecimento, ensino a distância e boletins informacionais, que combinam fortemente dimensões e linguagens informacionais e comunicacionais e atingem públicos diferenciados e motivados por distintos interesses, devem ser considerados.



A criação de um periódico na plataforma do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER-UNIRIO) é uma das atividades que pode rapidamente fazer divulgar o conhecimento produzido e as experiências implementadas no ISC/UNIRIO, colocando-se rapidamente em fácil acesso à comunidade científica e à sociedade em geral.

A estrutura organizacional e administrativa do ISC deve assegurar organização e funcionamento que favoreçam o trabalho interdisciplinar e com interlocução com a sociedade, os agentes públicos e profissionais de saúde envolvidos na produção e implementação das políticas de saúde. Assim, apresenta-se a seguir uma proposta de estrutura organizacional para o ISC com novas maneiras de pensar e organizar a universidade.

O Instituto de Saúde Coletiva da UNIRIO desenvolverá suas ações acadêmicas, tais como: cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos de pesquisa e de extensão, fundadas no campo interdisciplinar da Saúde Coletiva que constitui a base para formação de futuros profissionais de saúde comprometidos com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, coerente com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Saúde.

O ISC congregará os núcleos iniciais de Epidemiologia; de Políticas Públicas em Saúde e Direito; de Planejamento e Gestão em Saúde; de Comunicação, Informação e novas Tecnologias em Saúde; e de Representação, Imaginário e Discursos em Saúde. O Laboratório de Educação Permanente em Saúde integrará a estrutura organizacional do ISC e desenvolverá suas ações de modo transversal às ações desenvolvidas pelos núcleos.

Priseculture.

O ISC será gerido de modo coletivo sob coordenação de um Diretor, apoiado por um Coordenador Acadêmico e um Coordenador de Administração e Planejamento. O Conselho do ISC atenderá às atribuições definidas no Estatuto da UNIRIO e no seu regimento interno.

